



RESULTADO DA AGENDA LEGISLATIVA

25 A 29 DE NOVEMBRO DE 2024

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PLEN – PLENÁRIO / Plenário da Câmara dos Deputados / *Pauta divulgada após o envio da agenda.*

Quarta-feira (27/11), 13h55

REQ 4616/2024 - Requer regime de urgência para apreciação do Projeto de Lei nº 1.663, de 2023, que “Revoga dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.”

Autor: Antonio Brito (PSD-BA)

Resultado: [Aprovado.](#)

Terça-feira (26/11)

CICS - COMISSÃO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS

PL 2141/2023 - Altera o § 2º do art. 91 da Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, para fixar remuneração devida ao empregado ou prestador de serviço em caso de invenção e modelo de utilidade.

Autor: Alberto Fraga (PL/DF)

Relator: Josenildo (PDT/AP)

Parecer: Pela aprovação deste, e pela rejeição do PL 169/2024, apensado.

Resultado: [Retirado de pauta, de ofício, por solicitação do Relator.](#)

PL 606/2024 - Dispõe sobre a obrigatoriedade das plataformas de entrega por aplicativo de fornecer assistência jurídica e psicológica integral aos entregadores em casos em que forem vítimas de violência no exercício da profissão ou em razão dela.

Autor: Erika Hilton (PSOL/SP)

Relator: Mauricio Marcon (PODE/RS)

Parecer: Pela rejeição.

Resultado: [Retirado de pauta, de ofício, em virtude da ausência do Relator.](#)

CCJC - COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PL 2731/2020 - Altera dispositivos da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Autor: Marreca Filho (PRD/MA)

Relator: Rubens Pereira Júnior (PT/MA)

Parecer: Pela aprovação deste, do Substitutivo da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços (CDEICS) e do Substitutivo da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), com subemenda.

Resultado: [Não deliberado.](#)

PL 705/2022 - Dispõe sobre a compatibilização dos sistemas de Inteligência Artificial utilizados pela Administração Pública a práticas da agenda ambiental, social e de governança.

Explicação: visa orientar as ações do poder público no uso da Inteligência Artificial, estimulando seu engajamento à agenda de melhoria nas práticas ambientais.

Autor: Helio Lopes (PL/RJ)
Relator: Luiz Philippe de Orleans e Bragança (PL/SP)
Parecer: Pela rejeição.
Resultado: Não deliberado.

PL 1413/2023 - Altera o artigo 517 da lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil) para dispensar permitir o protesto de decisão judicial transitada em julgada independentemente do decurso do prazo de pagamento voluntário.

Autor: Afonso Motta (PDT/RS)
Relator: Eduardo Bismarck (PDT/CE)
Parecer: Pela aprovação, com substitutivo.
Resultado: Não deliberado.

CE - COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

Audiência Pública - Tema: O Novo Marco Regulatório para oferta de cursos de graduação na modalidade Educação a Distância (EaD).
Resultado: Realizada.

Quarta-feira (27/11)

CCTI - COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Seminário - Tema: Seminário - Soberania Digital.
Resultado: Realizada.

CSAUDE - COMISSÃO DE SAÚDE

PL 474/2022 - Altera os Decretos-Leis nº 9.403, de 25 de junho de 1946; 8.621, de 10 de janeiro de 1946; 9.853, de 13 de setembro de 1946 e a Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, para dispor sobre a incidência das contribuições relativas ao fomento dos programas do chamado Sistema S.

Autor: Carmen Zanotto (CIDADANIA/SC)
Relator: Jorge Solla (PT/BA)
Parecer: Pela rejeição.
Resultado: Aprovado o parecer. A matéria vai à Comissão de Finanças e Tributação (CFT).

CE - COMISSÃO DE EDUCAÇÃO / *Incluída após o envio da agenda*

PL 1358/2024 - Altera a Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, que "Institui o Programa Universidade para Todos – PROUNI" para dispor sobre a oferta de bolsas de graduação tecnológica e o incentivo a inserção de estudantes em ambiente organizacional prático.

Autor: Pedro Campos (PSB/PE)
Relator: Luisa Canziani (PSD/PR)
Parecer: Pela aprovação, com emenda.
Resultado: Aprovado. A matéria vai à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).

CTRAB - COMISSÃO DE TRABALHO

PL 386/2023 - Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para prorrogar a licença-maternidade em até 120 (cento e vinte) dias após a alta hospitalar do recém-nascido e de sua mãe; e a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para ampliar o prazo de recebimento do salário-maternidade.

Autor: Damares Alves
Relator: Sanderson (PL/RS)
Parecer: Pela aprovação.
Resultado: Aprovado. A matéria vai à Comissão de Finanças e Tributação (CFT).

CFT - COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

PL 5306/2020 - Altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que institui os Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, e a Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, que dispõe sobre as operações com recursos desses Fundos, para incluir as startups nas diretrizes e no rol de beneficiários dos Fundos Constitucionais, conferindo-lhes prioridade no recebimento de linhas de créditos especiais; e dá outras providências.

Explicação: autoriza o Poder Executivo a instituir linhas de crédito especiais com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, com encargos, prazos e demais condições financeiras próprias, destinadas prioritariamente à criação e ao desenvolvimento de startups.

Autor: Eduardo Braga

Relator: Laura Carneiro (PSD/RJ)

Parecer: Pela aprovação deste, na forma do Substitutivo adotado pela CINDRA, com subemenda.

Resultado: Aprovado. A matéria vai à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).

PL 2791/2022 - Dispõe sobre a arbitragem em matéria tributária e aduaneira.

Autor: Alexis Fonteyne (NOVO/SP)

Relator: Mário Negromonte Jr. (PP/BA)

Parecer: Pela aprovação deste, e pela rejeição dos PLs 2.792/2022 e 2.791/2022.

Resultado: Retirado de pauta.

PL 514/2011 - Estende os incentivos estabelecidos pela Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, a jogos eletrônicos de uso domiciliar.

Autor: Antonio Carlos Mendes Thame (PV/SP)

Relator: Kim Kataguirí (UNIÃO/SP)

Parecer: Pela aprovação deste, dos PLs 899/2011, 943/2011, apensados, e do Substitutivo adotado pela CCTI.

Resultado: Retirado de pauta, por acordo, por solicitação do Relator.

PL 4512/2020 - Altera a Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013, para dispor sobre medidas de proteção à concorrência, à inclusão financeira, à inovação e à diversidade dos modelos de negócios das instituições de pagamento e dos arranjos de pagamento

Explicação: propõe que sejam estabelecidas regras acerca de relevantes questões envolvendo o mercado de pagamentos brasileiro, incluindo a segregação de funções desempenhadas pelo Banco Central, em consonância com princípios constitucionais da administração pública, cujos pressupostos também se correlacionam com os direitos e garantias fundamentais, visando segurança jurídica aos operadores e usuários finais do setor de pagamentos.

Autor: Gastão Vieira (PROS/MA)

Relator: Gilberto Abramo (REPUBLICANOS/MG)

Parecer: Pela aprovação deste, e da Emenda 1/23 da CFT, com substitutivo.

Resultado: Retirado de pauta, por acordo.

PL 2853/2022 - Altera a Lei nº 14.166, de 10 de junho de 2021, e dá outras providências.

Explicação: Trata da renegociação de operações de crédito contratadas a partir dos Fundos Constitucionais de Financiamento.

Autor: Júlio Cesar (PSD/PI)

Relator: Giacobbo (PL/PR)

Parecer: Pela aprovação, com substitutivo.

Resultado: Não deliberado.

CCTI - COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

PL 760/2019 - Dá nova redação aos dispositivos da Lei nº 8.010, de 29 de março de 1990 que dispõe sobre importações de bens destinados à pesquisa científica e tecnológica, e dá outras providências.

Autor: Bacelar (PV/BA)

Relator: Luisa Canziani (PSD/PR)

Parecer: Pela aprovação deste, do Substitutivo adotado pela Comissão de Saúde, com substitutivo.

Resultado: Retirado de pauta, de ofício, em virtude da ausência do Relator.

PL 587/2022 - Institui a Política Federal TI Verde, para promover a reutilização e reciclagem de computadores e acessórios descartados pelos órgãos públicos federais.

Explicação: tem como objetivo promover o acondicionamento, reutilização, reciclagem e disposição final adequada de computadores e seus acessórios descartados pelos órgãos públicos federais.

Autor: Carlos Henrique Gaguim (UNIÃO/TO)

Relator: Julio Cesar Ribeiro (REPUBLICANOS/DF)

Parecer: Pela aprovação, com substitutivo.

Resultado: [Aprovado. A matéria vai à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania \(CCJC\).](#)

CIDOSO - COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA

PL 2926/2024 - Institui o Programa Nacional de Tecnologia Assistiva para Idosos, com o objetivo de fornecer tecnologias que auxiliem idosos com limitações físicas ou cognitivas, melhorando sua qualidade de vida e independência.

Autor: Marcos Tavares (PDT/RJ)

Relator: Nely Aquino (PODE/MG)

Parecer: Pela aprovação, com substitutivo.

Resultado: [Aprovado. A matéria vai à Comissão de Finanças e Tributação \(CFT\).](#)

CCULT - COMISSÃO DE CULTURA

REQ 49/2024 - Requer a realização de audiência pública para discutir o PL 2.331/2022.

Convidados:

- Daniel Jaber, Ator, Roteirista e Diretor da Cardume, plataforma de curtas;
- Juca Worcman, diretor do Canal Curta!;
- Leonardo Edde, Presidente do Sindicato Interestadual da Indústria Audiovisual (Sicav);
- Manoel Rangel, Cineasta, ex- diretor presidente da Ancine; e
- Vera Zaverucha, Especialista em regulação audiovisual.

Autor: Jandira Feghali (PCDOB/RJ)

Resultado: [Aprovado.](#)

PL 1473/2023 - Esta Lei torna obrigatória a disponibilização, por parte das empresas que operam sistemas de inteligência artificial, de ferramentas que garantam aos autores de conteúdo na internet a possibilidade de restringir o uso de seus materiais pelos algoritmos de inteligência artificial, com o objetivo de preservar os direitos autorais.

Autor: Aureo Ribeiro (SD/RJ)

Relator: Jandira Feghali (PCDOB/RJ)

Parecer: Pela aprovação, com emenda.

Resultado: [Aprovado. A matéria vai à Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação \(CCTI\).](#)

CCJC - COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA / Incluída após envio da Agenda

PL 2731/2020 - Altera dispositivos da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Autor: Marreca Filho (PRD/MA)

Relator: Rubens Pereira Júnior (PT/MA)

Parecer: Pela aprovação deste, do Substitutivo da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços (CDEICS) e do Substitutivo da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), com subemenda.

Resultado: [Aprovado. A matéria vai ao Senado Federal – salvo interposição de recurso para deliberação anterior pelo Plenário da Câmara dos Deputados.](#)

PL 705/2022 - Dispõe sobre a compatibilização dos sistemas de Inteligência Artificial utilizados pela Administração Pública a práticas da agenda ambiental, social e de governança.

Explicação: visa orientar as ações do poder público no uso da Inteligência Artificial, estimulando seu engajamento à agenda de melhoria nas práticas ambientais.

Autor: Helio Lopes (PL/RJ)

Relator: Luiz Philippe de Orleans e Bragança (PL/SP)

Parecer: Pela inconstitucionalidade.

Resultado: [Aprovado o parecer. A matéria vai ao Arquivo – salvo interposição de recurso para deliberação pelo Plenário da Câmara dos Deputados.](#)

PL 1413/2023 - Altera o artigo 517 da lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil) para dispensar permitir o protesto de decisão judicial transitada em julgada independentemente do decurso do prazo de pagamento voluntário.

Autor: Afonso Motta (PDT/RS)

Relator: Eduardo Bismarck (PDT/CE)

Parecer: Pela aprovação, com substitutivo.

Resultado: [Aprovado. A matéria vai ao Senado Federal – salvo interposição de recurso para deliberação anterior pelo Plenário da Câmara dos Deputados.](#)

CDC - COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

REQ 55/2024 - Requer o convite ao Exmo. Senhor Ministro da Fazenda, Fernando Haddad, para comparecer nesta Comissão e prestar esclarecimentos acerca da regulamentação das BETS e legalização de sites de apostas online, além de ações pretendidas pela pasta.

Autor: Ricardo Ayres (REPUBLICANOS/TO)

Resultado: Não deliberado.

PL 1507/2023 - Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 para prever a publicidade de produtos e serviços ilícitos em “sites” hospedados em servidores localizados fora do Brasil como crime contra o consumidor.

Explicação: Altera a lei de proteção do consumidor para estabelecer pena de detenção àqueles que promovam ou permitam publicidade de produtos ilegais nacionalmente em sites hospedados em servidores estrangeiros, ou licenciados em países que os permitam.

Autor: Mauricio Neves (PP/SP)

Relator: Aureo Ribeiro (SD/RJ)

Parecer: Pela aprovação, com substitutivo.

Resultado: Não deliberado.

PL 1954/2022 - Dispõe sobre o tempo como bem de valor jurídico essencial para o exercício dos direitos da personalidade, devendo ser considerado para fins de reparação integral dos danos ao consumidor.

Explicação: entre outros, reconhece o tempo como um bem de valor jurídico e altera o Código de defesa do Consumidor para considerar, para fins de indenizações, práticas abusivas condutas do fornecedor que impliquem na perda de tempo do consumidor. Além disso, determina que o fornecedor de serviços deverá utilizar de todos os esforços para prevenir a perda de tempo indevida do consumidor.

Autor: Carlos Veras (PT/PE)

Relator: Vinicius Carvalho (REPUBLICANOS/SP)

Parecer: Pela aprovação, com substitutivo.

Resultado: Não deliberado.

CCOM - COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO / Incluída após o envio da agenda

REQ 39/2024 - Requer que seja realizada audiência pública na Comissão de Comunicação para debater o PL 469/2024, que “acrescenta o art. 9º-A à Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet), para proibir que provedores de conexão de internet instituem cobrança direcionada aos provedores de aplicações de internet por geração de tráfego de dados”. Item nº 2.

Convidados:

- Representante do Ministério das Comunicações (MCOM);
- Representante da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel);
- Representante do *Global System for Mobile Communications* (GSMA);
- Professor Ricardo Campos, Docente nas áreas de proteção de dados, regulação de serviços digitais e direito público na Faculdade de Direito da *Goethe Universität Frankfurt am Main* (Alemanha);
- Representante do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviços Móveis Celular e Pessoal (Conexis Brasil Digital); e
- Alessandro Molon, diretor-executivo da Aliança pela Internet Aberta (AIA).

Autor: Fernando Coelho Filho (UNIÃO/PE)

Resultado: Aprovado, com a inclusão de convite a representantes da Associação Brasileira de Provedores de Internet, da Abert, da Abratel, da Abring e da Associação Neo.

PL 469/2024 - Acrescenta o art. 9º-A à Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet), para proibir que provedores de conexão de internet instituem cobrança direcionada aos provedores de aplicações de internet por geração de tráfego de dados.

Autor: David Soares (UNIÃO-SP)

Relatora: Silvyne Alves (UNIÃO-GO)

Parecer: Pela aprovação, com emenda.

Resultado: Retirado de pauta, por acordo.

PL 2514/2015 - Disciplina a forma, os prazos e os meios de preservação e de transferência de dados informáticos mantidos por fornecedor de serviço a autoridades públicas, para fins de investigação criminal envolvendo delito contra criança ou adolescente, e dá outras providências.

Autor: CPI

Relator: Silvyne Alves (UNIÃO/GO)

Parecer: Pela aprovação deste, e do PL 7873/2017, apensado, com substitutivo.

Resultado: Vista concedida à deputada Dra. Mayra Pinheiro (PL/CE).

PL 4260/2020 - Altera a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para garantir a gratuidade do acesso aos conteúdos disponibilizados pela Justiça Eleitoral na internet durante o período eleitoral.

Explicação: proíbe a suspensão ou redução de pacotes de serviços de telecomunicações de banda larga fixa e móvel por qualquer motivo durante o período eleitoral. Em caso de descumprimento, ficam as prestadoras dos serviços de telecomunicações sujeitas às sanções previstas na Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997.

Autor: Fernanda Melchionna (PSOL/RS)

Relator: Gervásio Maia (PSB/PB)

Parecer: Pela aprovação.

Resultado: Retirado de pauta, de ofício, em virtude da ausência do Relator.

PLP 81/2022 - Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para vedar a limitação de empenho e movimentação financeira das despesas relativas ao desenvolvimento tecnológico das telecomunicações custeadas por fundo criado para tal finalidade.

Explicação: determina ao Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (Funntel) as mesmas condições do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), na qual veda o contingenciamento e desvinculação de recursos do fundo e estabelece o limite de 50% para aplicações em recursos reembolsáveis. Ademais, destina 30% dos recursos para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Autor: André Figueiredo (PDT/CE)

Relator: David Soares (UNIÃO/SP)

Parecer: Pela aprovação.

Resultado: Retirado de pauta, de ofício, em virtude da ausência do Relator.

PL 5130/2016 - Acresce o inciso XIV ao Art. 7º, revoga os incisos III e IV do Art. 12 e dá nova redação ao § 6º do Art. 13 e ao § 4º do Art. 15 da Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014.

Autor: João Arruda (MDB/PR)

Relator: Jandira Feghali (PCDOB/RJ)

Parecer: Pela rejeição deste e dos apensados PLs 5172/2016, 5176/2016, 5318/2016, 5529/2016, 5530/2016, 6061/2016, 6236/2016 e 1061/2019, e pela aprovação do apensado PL 5204/2016, com Substitutivo.

Resultado: Retirado de pauta, de ofício, em virtude da ausência da Relatora.

PL 1585/2019 - Altera o Decreto Lei 2.848 de 20 de dezembro de 1940, altera a 12.965 de 23 de abril de 2014 e dá outras providências.

Autor: Dr. Jaziel (PL/CE)

Relator: Cleber Verde (MDB/MA)

Parecer: Pela aprovação deste, dos PLs 1797/2019, 2285/2019, 2463/2019, 1785/2023, 2827/2023, 4028/2023, 1798/2023, 2048/2023, e 2691/2023, apensados, com Substitutivo.

Resultado: Retirado de pauta, de ofício, em virtude da ausência do Relator.

PL 3172/2019 - Dispõe sobre a adiamento do vencimento das faturas cobradas por fornecedores de serviços continuados. Explicação: serviços de natureza continuada são aqueles em que existe um contrato de prestação de serviço sem prazo final definido ou cujo prazo contratado ultrapasse 6 meses.

Autor: Carlos Henrique Gaguim (UNIÃO/TO)

Relator: Cleber Verde (MDB/MA)

Parecer: Pela aprovação deste, dos PLs 3335/2019, 4181/2019, e 6339/2019, apensados, e pela aprovação do Substitutivo adotado pela Comissão de Defesa do Consumidor (CDC), com Substitutivo.

Resultado: Retirado de pauta, de ofício, em virtude da ausência do Relator.

PL 2966/2020 - Institui normas sobre a permuta digital.

Autor: Enéias Reis (UNIÃO/MG)

Relator: Marangoni (UNIÃO/SP)

Parecer: Pela aprovação deste, e da Emenda Adotada pela Comissão de Defesa do Consumidor (CDC), com substitutivo.

Resultado: Retirado de pauta, de ofício, em virtude da ausência do Relator.

PL 3343/2020 - Dispõe sobre a responsabilidade de fornecedor de aplicativo de troca de mensagens quanto à segurança de acesso e a privacidade das informações intercambiadas por seus usuários.

Autor: Professora Dayane Pimentel (UNIÃO/BA)

Relator: Mauricio Marcon (PODE/RS)

Parecer: Pela rejeição deste, e do PL 1177/2023, apensado.

Resultado: Retirado de pauta, de ofício, em virtude da ausência do Relator.

PL 4225/2020 - Altera a Lei no 9.472, de 16 de julho de 1997, para dispor sobre a possibilidade de conversão de multa aplicada a empresas de telecomunicações em investimento em infraestrutura.

Explicação: o investimento em infraestrutura deverá visar a melhoria da cobertura e da qualidade de seus serviços, especialmente nas áreas rurais, nos termos da Lei 7.347, de 24 de julho de 1985, o qual deverá conter cronograma físico-financeiro dos investimentos.

Autor: Marcelo Brum (REPUBLICANOS/RS)

Relator: David Soares (UNIÃO/SP)

Parecer: Pela aprovação deste, e do PL 799/2023, apensado, com Substitutivo.

Resultado: Retirado de pauta, de ofício, em virtude da ausência do Relator.

PL 5318/2020 - Dispõe sobre a criação de aplicação de internet destinada ao envio de demandas a órgãos de segurança pública, em casos de emergências.

Explicação: obriga o Poder Público federal a criar uma aplicação de internet destinada ao envio de demandas a órgãos de segurança pública, em casos de emergência, que deverá estar disponível para acesso por meio de página na internet e por meio de aplicativos para smartphones, nos principais sistemas operacionais existentes para esses dispositivos.

Autor: Edna Henrique (REPUBLICANOS/PB)

Relator: Fred Linhares (REPUBLICANOS/DF)

Parecer: Pela aprovação deste, com Substitutivo.

Resultado: Retirado de pauta, de ofício, em virtude da ausência do Relator.

PL 1349/2021 - Altera a Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, para dispor sobre a utilização dos recursos do Fust – Fundo de Universalização das Telecomunicações – em ampliação de infraestrutura de telecomunicações 5G, e dá outras providências.

Explicação: estabelece que os recursos que as empresas recolheriam ao Fust poderão ser aplicados diretamente nos investimentos de ampliação de sua rede, beneficiando as áreas rurais e urbanas de baixo IDH, contribuindo para a expansão e interiorização mais rápida da internet e telefonia 5G no Brasil.

Autor: Otto Alencar Filho (PSD/BA)

Relator: David Soares (UNIÃO/SP)

Parecer: Pela aprovação deste, com Substitutivo.

Resultado: Retirado de pauta, de ofício, em virtude da ausência do Relator.

PL 1799/2021 - Altera a Lei nº 14.129, de 29 de março de 2021, para incentivar a afixação, em vias e locais públicos, de QR Codes para acesso à prestação digital dos serviços públicos.

Explicação: institui que acesso à prestação digital dos serviços públicos será realizado, preferencialmente, por meio do autosserviço, de modo que nos locais de atendimento presencial, deverá estar afixado em local acessível e visível, o QR Code com o endereço eletrônico do órgão onde poderão ser acessados serviços e informações. Além disso, também serão afixados QR Code nas vias públicas e em locais de grande circulação de pessoas, escolhidos por meio da participação popular.

Autor: Tito (AVANTE/BA)

Relator: Jadyel Alencar (REPUBLICANOS/PI)

Parecer: Pela aprovação.

Resultado: Retirado de pauta, de ofício, em virtude da ausência do Relator.

PL 4357/2021 - Altera o Marco Civil da Internet, Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, para dispor sobre transparência na remuneração de usuários por provedores de aplicações de internet.

Explicação: determina que os provedores de aplicações de internet que remuneram seus usuários devem fazê-lo de maneira transparente, com explicações claras e compreensíveis do funcionamento de seus algoritmos de monetização, bem como devem fornecer estatísticas e expectativas reais de remuneração.

Autor: Cássio Andrade (PSB/PA)

Relator: Gervásio Maia (PSB/PB)

Parecer: Pela aprovação, com Substitutivo.

Resultado: Retirado de pauta, de ofício, em virtude da ausência do Relator.

PL 2112/2023 - Altera a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, obrigando as empresas responsáveis pelo provimento de serviços de aplicativos de relacionamento a condicionarem o acesso ao cadastramento prévio do CPF do usuário.

Autor: Jonas Donizette (PSB/SP)

Relator: Gervásio Maia (PSB/PB)

Parecer: Pela aprovação deste, e do PL 2811/2023, apensado, com Substitutivo.

Resultado: Retirado de pauta, de ofício, em virtude da ausência do Relator.

PL 1356/2024 - Institui o Dia Nacional de Combate ao Crime Cibernético.

Explicação: Institui o Dia Nacional de Combate ao Crime Cibernético, a ser celebrado a cada 23 de novembro, sendo de competência dos entes federativos e demais instituições públicas: (i) promover a conscientização do que seja crime cibernético através da veiculação de comerciais, anúncios publicitários da administração direta, indireta e fundacional,

eventos, atos, divulgação de conteúdos e medidas educativas que estimulem a consciência cidadã em relação ao enfrentamento ao crime cibernético; (ii) promover, como parte integrante do planejamento anual das escolas públicas, seminários e debates descentralizados objetivando a reflexão crítica da comunidade escolar sobre a importância de se prevenir e confrontar os crimes cibernéticos; (iii) combater e eliminar as diversas formas de crimes cibernéticos no país; (iv) buscar o constante aprimoramento da cooperação e coordenação entre o Brasil e demais países para prevenção e sensibilização, cooperação internacional e recolhimento de dados, pesquisa e análise de crimes cibernéticos; (v) fomentar aperfeiçoamento contínuo dos policiais que trabalham diretamente com a investigação criminal, através de convênios com entidades nacionais ou estrangeiras visando à realização dos objetivos desta lei.

Autor: Fred Linhares (REPUBLICANOS/DF)

Relator: Silvye Alves (UNIÃO/GO)

Parecer: Pela aprovação.

Resultado: [Aprovado. A matéria vai à Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado \(CSPCCO\).](#)

PL 1845/2024 - Altera a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet), ampliando o conjunto de informações a serem armazenadas pelos provedores de conexão e de aplicação de internet para fins de apuração de ilícitos.

Explicação: determina a inclusão da porta lógica no conjunto de informações a serem armazenadas pelos provedores de conexão e de aplicação para efeito da investigação de condutas ilegais.

Autor: Gilvan Maximo (REPUBLICANOS/DF)

Relator: Julio Cesar Ribeiro (REPUBLICANOS/DF)

Parecer: Pela aprovação, com substitutivo.

Resultado: [Retirado de pauta, de ofício, em virtude da ausência do Relator.](#)

PL 2766/2024 - Inclui na Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet) a obrigatoriedade de veiculação de mensagem de advertência quanto ao risco para a saúde mental de crianças e adolescentes pelo uso de aplicações de internet que disponibilizem conteúdo gerado por terceiros, inclusive redes sociais.

Explicação: Determina a responsabilidade do provedor de aplicações de internet que disponibilize conteúdo gerado por terceiros, inclusive redes sociais, na veiculação de mensagem de advertência aos seus usuários – de maneira individualizada, clara, visível e ostensiva – sobre os riscos do uso desses aplicativos, especialmente para crianças e adolescentes.

Autor: Jorge Goetten (REPUBLICANOS/SC)

Relator: Franciane Bayer (REPUBLICANOS/RS)

Parecer: Pela aprovação.

Resultado: [Retirado de pauta, de ofício, em virtude da ausência do Relator.](#)

CPASF - COMISSÃO DE PREVIDÊNCIA, ASSISTÊNCIA SOCIAL, INFÂNCIA, ADOLESCÊNCIA E FAMÍLIA

PL 2696/2021 - Altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, para suprimir a obrigatoriedade do Beneficiário de comprovação de vida junto ao INSS.

Autor: Pompeo de Mattos (PDT/RS)

Relator: Flávia Moraes (PDT/GO)

Parecer: Pela aprovação do PL 3334/2021, apensado, dos PLs 2129/2023, 2572/2023, 5841/2023, 1677/2024, e 4073/2023, apensados, com substitutivo, e pela rejeição do PL 2696/2021, principal.

Resultado: [Aprovado. A matéria vai à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania \(CCJC\).](#)

CTRAB - COMISSÃO DE TRABALHO

Audiência Pública - Tema: Os impactos da reforma trabalhista após sete anos de sua vigência.

Resultado: [Realizada.](#)

CEDES - CENTRO DE ESTUDOS E DEBATES ESTRATÉGICOS

Reunião Técnica - Tema: Experiências no enfrentamento à violência no ambiente escolar

Resultado: [Realizada.](#)

[Quinta-feira \(28/11\)](#)

CDE - COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Audiência Pública - Tema: A situação das Agências Reguladoras.

Resultado: Realizada.

CSAUDE - COMISSÃO DE SAÚDE

Seminário - Tema: Avanços recentes na Saúde Digital

Resultado: Realizada.

SENADO FEDERAL

Segunda-feira (25/11)

CCJ - COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

Audiência Pública - Tema: Reforma Tributária e o Imposto Seletivo.

Resultado: Realizada.

Terça-feira (26/11)

CDR - COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO

PLC 134/2017 - Altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que “regulamenta o art. 159, inciso I, alínea c, da Constituição Federal, institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO, e dá outras providências”.

Explicação: permite que os recursos do FNO, FNE e FCO, financiem as atividades produtivas ligadas à economia criativa relacionada às áreas de software/jogos eletrônicos de lazer e entretenimento e serviços de computação e software, entre outros.

Autor: Giuseppe Vecci

Relator: Professora Dorinha (UNIÃO/TO)

Parecer: Pela aprovação, nos termos do parecer aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos - CAE.

Resultado: Vista concedida.

CAE - COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

PL 2440/2023 - Dispõe sobre o incentivo fiscal às doações realizadas a organizações gestoras de fundo patrimonial, constituídas nos termos da Lei 13.800/2019, e sobre sua tributação; altera a Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995; a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995; a Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997; e dá outras providências.

Autor: Flavio Arns (PSB/PR)

Relator: Rodrigo Cunha (PODE/AL)

Parecer: Pela aprovação deste e pelo acolhimento da Emenda nº 2, com substitutivo.

Resultado: Aprovado. O substitutivo será apreciado em turno suplementar

CCJ - COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

Audiência Pública - Tema: Reforma Tributária e o Fundo de Compensação de Benefícios Fiscais e o Novo Modelo de Desenvolvimento Regional

Resultado: Realizada.

CSP - COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

PL 751/2022 - Acrescenta o art. 352-A ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para tornar crime o dano a dispositivo de monitoração eletrônica.

Explicação Geral: torna crime a destruição, inutilização o equipamento de monitoração eletrônica ou permitir que outro o faça.

Explicação: torna crime a destruição, inutilização o equipamento de monitoração eletrônica ou permitir que outro o faça.

Autor: Marcos do Val (PODE/ES)

Relator: Margareth Buseti (PSD/MT)

Parecer: Pela aprovação, com emenda.

Resultado: Aprovado. A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

CPIBETS - CPI DAS BETS

Reunião - Tema: Deliberação de requerimentos / Depoimentos
Resultado: Realizada.

CPI MJAE - CPI DA MANIPULAÇÃO DE JOGOS E APOSTAS ESPORTIVAS

Oitivas - Tema: Oitivas do Economista-chefe da Confederação Nacional de Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) e do Chefe do Departamento de Operações Bancárias e de Sistemas de Pagamento do Banco Central do Brasil
Resultado: Realizada.

CCDD - COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO E DIREITO DIGITAL

Reunião - Tema: Evento preparatório da delegação brasileira que irá ao Mobile World Congress 2025.
Resultado: Realizada.

Quarta-feira (27/11)

CAS - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS / Incluída após o envio da agenda

PL 2607/2021 - Acrescenta inciso VII ao art. 68 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que regula as licitações e contratos administrativos, para estabelecer como requisito para habilitação a verificação do cumprimento das quotas de aprendizagem e dá outras providências.
Autor: Dr. Zenaide Maia (PSD/RN)
Relator: Flavio Arns (PSB/PR)
Parecer: Favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta.
Resultado: Retirado de pauta.

CCDD - COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO E DIREITO DIGITAL

PL 2628/2022 - Dispõe sobre a proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais.
Autor: Delegado Alessandro Vieira (MDB/SE)
Relator: Flavio Arns (PSB/PR)
Parecer: Pela aprovação, com substitutivo.
Resultado: Aprovado. A matéria vai à Câmara dos Deputados – salvo interposição de recurso para deliberação anterior pelo Plenário do Senado Federal.

CCJ - COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PL 953/2021 - Institui o Programa de Regularização de Débitos não Tributários (PRD) junto às autarquias e fundações públicas federais e à Procuradoria-Geral Federal e dá outras providências.
Explicação: prevê a adesão de pessoas físicas e jurídicas, de direito público ou privado, inclusive aquelas que estejam em recuperação judicial no Programa que alcança débitos não tributários com as autarquias e fundações públicas federais, inclusive com as agências reguladoras, definitivamente constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, vencidos ou não, desde que as respectivas notificações tenham sido realizadas até a data de publicação da presente Lei. As condições de pagamento vão do pagamento a vista com desconto de 100% dos juros, multas e encargos legais até o parcelamento em 239 vezes, com redução de 30%.
Autor: Irajá (PSD/TO)
Relator: Nelsinho Trad (PSD/MS)
Parecer: Pela aprovação do Projeto, na forma da Emenda nº 1-CAE (Substitutivo).
Resultado: Aprovado. A matéria vai à Câmara dos Deputados – salvo interposição de recurso para deliberação anterior pelo Plenário do Senado Federal.

PL 133/2022 - Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, para prever regras de segurança ao usuário do PIX e criar mecanismos de recuperação célere dos valores transferidos, na hipótese de cometimento de crimes patrimoniais – Lei de Segurança do PIX.

Explicação: determina que, em casos de indícios de crimes patrimoniais através do PIX, deverá ser identificada as instituições financeiras e/ou de pagamento envolvidas no fato, para que forneçam as informações cadastrais do usuário recebedor e demais informações necessárias à elucidação do crime; determinar o bloqueio dos valores e comunicar o bloqueio extrajudicial, no prazo máximo de 24 horas, ao juízo criminal competente.

Autor: Chico Rodrigues (PSB/RR)

Relator: Jorge Kajuru (PSB/GO)

Parecer: Favorável ao Projeto e pelo acolhimento parcial da Emenda nº 1, nos termos do Substitutivo que apresenta.

Resultado: Não deliberado.

PL 2891/2020 - Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para permitir a infiltração de agentes de polícia na internet com o fim de investigar os crimes previstos nos arts. 216-B (registro não autorizado da intimidade sexual) e 218-C (divulgação de cena de estupro ou de cena de estupro de vulnerável, de cena de sexo ou de pornografia) do Código Penal.

Autor: Marcos do Val (PODE/ES)

Relator: Jorge Seif (PL/SC)

Parecer: Pela aprovação do Projeto, na forma do Substitutivo que apresenta.

Resultado: Aprovado. A matéria vai à Câmara dos Deputados – salvo interposição de recurso para deliberação anterior pelo Plenário do Senado Federal.

CRE - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

PL 233/2022 - Dispõe sobre a coleta e o compartilhamento de dados sobre beneficiário final de pessoas jurídicas brasileiras e estrangeiras com atividades no País.

Explicação: a medida busca, entre outros: a) definir como beneficiário final de pessoas jurídicas a pessoa natural que, em última instância, possui, controla ou influencia uma entidade – controle que é definido como possuir ao menos 15% do capital ou do direito de voto naquela entidade, aquele em cujo nome uma transação é conduzida ou aquele que detém ou exerce preponderância nas deliberações sociais e o poder de eleger ou remover a maioria dos administradores da entidade; b) fixar como responsáveis pela coleta de dados sobre beneficiário final a Secretaria da Receita Federal do Brasil, bem como das Juntas Comerciais, a partir de orientações exaradas pelo Departamento de Registro Empresarial e Integração (DREI) da Secretaria de Governo Digital (SGD); c) sujeitar às obrigações relacionadas à transparência do beneficiário final todas as sociedades civis e comerciais, associações, cooperativas, fundações sujeitas ao direito brasileiro ou estrangeiro que exerçam atividade ou pratiquem atos e negócios jurídicos em território nacional, assim como os representantes de entidades internacionais ou de direito estrangeiro que exerçam atividade no Brasil; e) prever que informações sobre os beneficiários finais de cada pessoa jurídica devem ser fornecidas com determinada periodicidade e detalhes suficientes para permitir a identificação precisa destes; f) aprimorar os sistemas de preenchimento do Quadro de Sócios e Administradores (QSA) de pessoas jurídicas, bem como a publicização de informações públicas contidas no QSA devem ser publicadas em formato aberto, estruturado e acessível a todos.

Autor: Delegado Alessandro Vieira (MDB/SE)

Relator: Humberto Costa (PT/PE)

Parecer: Pela aprovação com emendas

Resultado: Aprovado. A matéria vai à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática (CCT).

CCT - COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA

PL 5451/2019 - Altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que regulamenta o art. 159, inciso I, alínea c, da Constituição Federal, institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO, e dá outras providências, para permitir o financiamento de atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação de produtos com recursos desses Fundos.

Autor: Zequinha Marinho (PODE/PA)

Relator: Vanderlan (PSD/GO)

Parecer: Pela aprovação do projeto, com quatro emendas que apresenta.

Resultado: Aprovado. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

CDH - COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

REQ 64/2024 - Requer a realização da Audiência Pública sobre "O Impacto da Inteligência Artificial nos Direitos Humanos"

Autor: Paulo Paim (PT/RS)

Resultado: Aprovado.

CTIADMTR - COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA EXAME DE PROJETOS DE REFORMA DOS PROCESSOS ADMINISTRATIVO E TRIBUTÁRIO NACIONAL

PL 2481/2022 - Reforma da Lei nº 9.784/99 (Lei de Processo Administrativo).

Explicação: Na proposta de revisão da Lei do processo administrativo federal, dentre outras disposições, há a inclusão de artigo com o seguinte texto: "Art. 68-F. No âmbito dos processos administrativos e desde que haja concordância dos interessados, a Administração poderá se utilizar da mediação, da negociação, do comitê de resolução de disputas e da arbitragem, observada a legislação específica"

Autor: Rodrigo Pacheco (PSD/MG)

Relator: Efraim Filho (UNIÃO/PB)

Parecer: Pelo acolhimento das Emendas nº 8, 9, 10, 25 e 28; pelo acolhimento parcial das Emendas nº 4, 5, 7, 12, 13, 19, 23, 24, 31 e 32; e pela rejeição das demais Emendas de Plenário, com substitutivo.

Resultado: Vista concedida.

PL 2483/2022 - Dispõe sobre o processo administrativo tributário federal e dá outras providências.

Autor: Rodrigo Pacheco (PSD/MG)

Relator: Efraim Filho (UNIÃO/PB)

Parecer: Pelo acolhimento das Emendas nº 19, 23, 33, 36, 41, 45, 47, e 50 - PLEN; pelo acolhimento parcial das Emendas nº 27, 28 e 48 - PLEN; e pela rejeição das demais Emendas, com substitutivo.

Resultado: Vista concedida.

PL 2488/2022 - Dispõe sobre a cobrança da dívida ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e das respectivas autarquias e fundações de direito público, e dá outras providências.

Autor: Rodrigo Pacheco (PSD/MG)

Relator: Efraim Filho (UNIÃO/PB)

Parecer: Pelo acolhimento total ou parcial das Emendas nº 9, 10, 12, 13, 15, 21 e 22; e pela rejeição das demais Emendas, com substitutivo.

Resultado: Vista concedida.

CPIMJAE - CPI DA MANIPULAÇÃO DE JOGOS E APOSTAS ESPORTIVAS

Oitivas - Tema: Oitivas do Presidente do Esporte Clube Nova Cidade-RJ; do Presidente da Sociedade Esportiva Belford Roxo-RJ; e de Bruno Lopez de Moura

Resultado: Realizada.

CCJ - COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

Audiência Pública - Tema: Normas que tratam de transição, fiscalização e avaliação quinquenal, incluindo a trava da carga tributária, conflitos de competência, domicílio tributário eletrônico, conformidade fiscal, dívida ativa e cobrança do IBS.

Resultado: Realizada.

Quinta-feira (28/11)**CTIA - COMISSÃO TEMPORÁRIA INTERNA SOBRE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO BRASIL / Incluída após envio da Agenda**

PL 2338/2023 - Dispõe sobre o uso da Inteligência Artificial. Item nº 1.

Explicação: Estabelece normas gerais de caráter nacional para o desenvolvimento, implementação e uso responsável de sistemas de inteligência artificial (IA) no Brasil, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais e garantir a implementação de sistemas seguros e confiáveis, em benefício da pessoa humana, do regime democrático e do desenvolvimento científico e tecnológico.

Autor: Rodrigo Pacheco (PSD/MG)

Relator: Eduardo Gomes (PL/TO)

Parecer: Pela aprovação deste e das Emendas nºs 4, 8, 11, 13, 15, 16, 17, 18, 19, 35, 38, 44, 47, 49, 50, 52, 75, 67, 74, 80, 86, 96, 99, 104, 108 e 125; pela aprovação parcial das Emendas nºs 1, 3, 5, 7, 10, 22, 27, 34, 42, 43, 45, 46, 84, 78, 94, 105, 106, 107, 114, 126, 127, 133 e 146; e pela rejeição das demais, na forma do substitutivo consolidado; bem como pela declaração de prejudicialidade dos PLs 21/2020; 5051/2019; PL 5691/2019; PL 872/2021; 3592/2023; 210/2024; e 266/2024.

Resultado: Não deliberado.